



COMISSÃO  
EUROPEIA

Bruxelas, XXX  
[...] (2019) XXX draft

## COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**relativa à prorrogação das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020 que fazem referência aos mapas nacionais dos auxílios com finalidade regional, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais para a promoção do financiamento de risco, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à energia, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação e da Comunicação da Comissão sobre os critérios de análise da compatibilidade com o mercado interno dos auxílios estatais para promover a execução de projetos importantes de interesse europeu comum**  
**PROJETO**

## COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

**relativa à prorrogação das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020 que fazem referência aos mapas nacionais dos auxílios com finalidade regional, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais para a promoção do financiamento de risco, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à energia, das Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação e da Comunicação da Comissão sobre os critérios de análise da compatibilidade com o mercado interno dos auxílios estatais para promover a execução de projetos importantes de interesse europeu comum**  
**PROJETO**

- (1) As disposições que regem os auxílios estatais adotadas no âmbito do programa de modernização dos auxílios estatais de 2012 a seguir indicadas expiram no final de 2020:
  - Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020<sup>1</sup> que fazem referência os mapas nacionais dos auxílios com finalidade regional;
  - Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco<sup>2</sup>;
  - Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia<sup>3</sup>;
  - Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente<sup>4</sup>; e ainda
  - Comunicação sobre projetos importantes de interesse europeu comum (IPCEI)<sup>5</sup>.
- (2) A fim de proporcionar previsibilidade e segurança jurídica e, simultaneamente, preparar uma possível atualização futura das regras dos auxílios estatais adotadas no âmbito da modernização dos auxílios estatais, a Comissão tomará medidas repartidas em duas fases.
- (3) Primeiramente, a Comissão irá prorrogar por mais dois anos, até 31 de dezembro de 2022, o período de vigência dessas regras, que de outra forma expirariam no final de 2020. Em segundo lugar, em conformidade com as Orientações Legislar Melhor, a Comissão avaliará essas regras juntamente com outras disposições aplicáveis aos auxílios estatais que foram adotadas no âmbito do programa de modernização dos auxílios estatais. Em 7 de janeiro de 2019, a Comissão deu início à avaliação destas regras sob a forma de um «balanço de qualidade». Com base nessa avaliação, a Comissão pode decidir prorrogar ou, eventualmente, atualizar as regras em vigor.

---

<sup>1</sup> Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020, JO C 209 de 23.7.2013, p. 1.

<sup>2</sup> Comunicação da Comissão — «Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco», JO C 19 de 22.1.2014, p. 4-34.

<sup>3</sup> Comunicação da Comissão - Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020, JO C 200 de 28.6.2014, p. 1-55.

<sup>4</sup> Comunicação da Comissão - Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade, JO C 249 de 31.7.2014, p. 1-28.

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão — Critérios para a análise da compatibilidade com o mercado interno dos auxílios estatais destinados a promover a realização de projetos importantes de interesse europeu comum, JO C 188 de 20.6.2014, p. 4-12.

- (4) Tendo em conta o vasto âmbito do balanço de qualidade e o facto de que os resultados das avaliações não estarão disponíveis antes do início de 2020, não é possível que uma decisão política sobre a configuração das regras após 2020 seja tomada a tempo de garantir segurança jurídica e estabilidade às partes interessadas no que diz respeito às regras aplicáveis após 2020. A prorrogação permitirá assim uma avaliação aturada das regras e garantirá a previsibilidade e a estabilidade das mesmas para os Estados-Membros
- (5) Por conseguinte, é oportuno prever uma curta prorrogação das regras em matéria de auxílios estatais que expiram no final de 2020, a fim de permitir uma avaliação aturada das regras pela Comissão e garantir previsibilidade e estabilidade para os Estados-Membros e as partes interessadas.
- (6) Tendo em conta o que precede, a Comissão prorroga até 31 de dezembro de 2022 o período de validade das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020 que fazem referência aos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional, das Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco, das Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia, das Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação e da Comunicação sobre projetos importantes de interesse europeu comum (IPCEI).
- (7) No que diz respeito aos mapas nacionais dos auxílios com finalidade regional, a Comissão convida os Estados-Membros a notificar a prorrogação da validade dos seus mapas nacionais dos auxílios com finalidade regional. Os Estados-Membros têm a possibilidade de notificar um ajustamento dos seus mapas nacionais de auxílios com finalidade regional para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, de acordo com a metodologia a seguir descrita. Esta metodologia permite certas alterações dos mapas dos auxílios com finalidade regional aprovados, sob certas condições.

Tendo em conta o que precede,

As Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020 são alteradas do seguinte modo: A seguir ao ponto<sup>o</sup>178 são aditados os seguintes pontos:

*«178<sup>1</sup> I Tendo em conta o termo da validade dos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional em 31.12.2020, a Comissão convida os Estados-Membros a notificá-la da sua intenção de prorrogar a validade dos respetivos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional. Os Estados-Membros podem introduzir alterações limitadas nos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional, nas condições e segundo a metodologia abaixo indicada.*

*178<sup>2</sup> Para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, a Comissão estabelecerá, até junho de 2020, a lista das regiões NUTS 2 com um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE<sup>6</sup>, que não estão incluídas no anexo I das Orientações, e publicará uma comunicação sobre os resultados dessa análise. A Comissão estabelecerá, nesse momento, se essas regiões podem tornar-se elegíveis para auxílios com finalidade regional ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado e o nível da intensidade de auxílio correspondente ao seu PIB per*

---

<sup>6</sup> Com base nos dados mais recentes disponíveis do PIB per capita de cada região, medido em PPS, publicados pelo Eurostat ao nível 2 da NUTS, com base na média trienal.

capita. A Comissão ajustará também, nesse momento, o nível da intensidade de auxílio dessas regiões NUTS 2 que já estão incluídas no anexo I das Orientações como regiões «a», caso o respetivo PIB per capita justifique uma intensidade de auxílio mais elevada. Se as regiões NUTS 2 agora identificadas com um PIB per capita inferior a 75 % da média da UE forem designadas como regiões «c» no mapa nacional dos auxílios com finalidade regional aprovado pela Comissão para o período 2014-2020, a percentagem da afetação específica de população para as regiões «c» constantes do anexo I<sup>7</sup> das Orientações será ajustada em conformidade<sup>8</sup>. A Comissão publicará as alterações necessárias ao anexo I até junho de 2020.

178<sup>3</sup> Um Estado-Membro pode, dentro do limite da sua afetação específica ajustada para as regiões «c», alterar a lista das regiões «c» constantes do seu mapa dos auxílios com finalidade regional para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. Estas alterações não podem exceder 50 % da respetiva cobertura ajustada «c».

178<sup>4</sup> Até 1 de setembro de 2020, os Estados-Membros devem notificar à Comissão a sua intenção de prorrogar os mapas dos auxílios com finalidade regional nacionais e/ou as alterações dos respetivos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional resultantes da inclusão de zonas «a» adicionais, dos ajustamentos das intensidades de auxílio nas zonas «a» existentes e do intercâmbio de regiões «c».

178<sup>5</sup> Depois de aprovada a prorrogação dos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional até 31 de dezembro de 2022, os Estados-Membros podem decidir prorrogar os regimes existentes aprovados com base nas presentes orientações. Qualquer prorrogação desses regimes deve ser notificada à Comissão em tempo útil, antes da respetiva data de expiração.»

- O ponto 174 das Orientações relativas aos auxílios estatais que visam promover os investimentos de financiamento de risco passa a ter a seguinte redação:

«A Comissão aplicará os princípios contidos nas presentes Orientações para apreciar a compatibilidade de todos os auxílios ao financiamento de risco a ser concedidos entre 1 de julho de 2014 e 31 de dezembro de 2022».

- O ponto 108 das Orientações relativas aos auxílios estatais à proteção ambiental e à energia passa a ter a seguinte redação:

«As presentes orientações aplicam-se ao período que decorre até 2022. Todavia, devem preparar o terreno para a consecução dos objetivos fixados no Quadro de ação para 2030. Espera-se, nomeadamente, que, no período compreendido entre 2020 e 2030, as fontes de energia renováveis estabelecidas se tornem competitivas em termos de rede, o que implica que os subsídios e as isenções decorrentes das responsabilidades de equilíbrio devem ser progressivamente eliminados. As presentes Orientações são coerentes com esse objetivo e irão garantir a transição

---

<sup>7</sup> Conforme alterado na Comunicação da Comissão que altera o anexo I das Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para 2014-2020. C/2016/3514, JO C 231 de 25.6.2016, p. 1-18.

<sup>8</sup> O limite máximo ajustado da população será calculado com base nos dados da população utilizados para estabelecer o seu mapa inicial. A afetação ajustada de população para as regiões «c» é obtida deduzindo a população das regiões que foram incluídas nos mapas nacionais de auxílios com finalidade regional como regiões «c» no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2020 e podem tornar-se elegíveis para auxílios com finalidade regional ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea a), do Tratado, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

*para uma distribuição eficaz em termos de custos através de mecanismos de mercado».*

- O ponto 246 das Orientações relativas aos auxílios estatais à proteção ambiental e à energia passa a ter a seguinte redação:

*«As presentes orientações serão aplicáveis com efeitos a partir de 1 de julho de 2014 e substituirão o Enquadramento comunitário dos auxílios estatais a favor do ambiente, publicado em 1 de abril de 2008. Serão aplicáveis até 31 de dezembro de 2022».*

- O ponto 135 das Orientações relativas aos auxílios estatais à proteção ambiental e à energia passa a ter a seguinte redação:

*«A Comissão aplicará as presentes Orientações com efeitos a partir de 1 de agosto de 2014 e até 31 de dezembro de 2022».*

- O ponto 50 da Comunicação sobre projetos importantes de interesse europeu comum (IPCEI) passa a ter a seguinte redação:

*«A presente comunicação é aplicada de 1 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2022.*